



Conselho Nacional de Justiça
 Departamento de Tecnologia da Informação
 Coordenadoria de Gestão de Sistemas

Memória de Reunião		
Identificação		
Reunião com representantes do CJF para alinhamento de informações com vistas à adesão do PJE no âmbito da Justiça Federal		
Data	Horário	Local
02/07/2012	10h	Sala de Video conferência do CNJ – Prédio STF
Participantes		
Nome	Email	
Marivaldo	Marivaldo.araujo@cnj.jus.br	
Lucio Melre	lucio.melre@cnj.jus.br	
Deusdete	deusdete.alves@cnj.jus.br/5322	
Eva Maria Ferreira Barros	eva@cjf.jus.br	
Wilson Aquino	wilson.aquino@cjf.jus.br	
Maurício		
Marcelo Arruda		
Jones		
Divailton	Divailton.Machado@stj.jus.br	
Misael	misael@cjf.jus.br	

Assuntos tratados
<p>1. Pauta:</p> <p>Assunto 1- Alinhamento de informações com vistas à adesão do PJE no âmbito da Justiça Federal.</p> <p>Comentários – O Dr. Marivaldo saudou os participantes do CJF e externou a satisfação de ter o Conselho da Justiça Federal como parceiro na utilização do PJE no âmbito da Justiça Federal.</p> <p>Deliberações</p> <p>- O Ministro Corregedor da Justiça Federal indicará os representantes da</p>



CJFADM201200468Y01





Conselho Nacional de Justiça

Departamento de Tecnologia da Informação
Coordenadoria de Gestão de Sistemas

Justiça Federal no Comitê Gestor Nacional do PJe, tendo sido informado que os atuais são os seguintes Juíze(a)s Federais: TRF2 (Alexandre Libonati de Abreu), TRF3 (Leila Paiva Morrinson) e TRF5 (Marco Bruno Miranda Clementino)

- O CNJ e CJF ficaram de consignar termo de cooperação para adoção e evolução do PJE, cabendo ao CJF a coordenação no âmbito da Justiça Federal.

- Quanto à versão do Sistema do PJe a ser implantada na Justiça Federal, o Dr. Marivaldo esclareceu que a posição do Comitê Gestor Nacional do PJe e do próprio CNJ é que a implantação na Justiça Federal ocorra com a versão nacional, mantida pelo CNJ. Tal posição baseia-se nos seguintes aspectos: 1) risco de ruptura no projeto nacional, caso qualquer ramo do Judiciário venha a utilizar uma versão própria, diferente da nacional; 2) o próprio acréscimo de dificuldade para a Justiça Federal em realizar, posteriormente, migração de 5 TRFs para uma mesma versão (a nacional); 3) a existência de compromisso, por parte do TRF5, através de Termo de Cooperação com o CNJ, de realizar migração para a versão nacional, até o mês de setembro de 2012. Na oportunidade, foi informado, também, a identificação de problemas de lentidão e performance no TJPE, por características presentes tanto na versão do TRF5 quanto na do CNJ, estando em fase de evolução e conserto de tais problemas. Acrescentou-se que todas as funcionalidades incrementadas pelo TRF5 são incorporadas à versão nacional, por força do Termo de Cooperação com o CNJ, que repassa recursos àquele TRF.

- Num primeiro momento, sem prejuízo de o novo comitê gestor do PJe na Justiça Federal acompanhar sua execução, o atual Acordo de Cooperação entre o CNJ e o TRF da 5ª Região continuará em vigor até a conclusão das obrigações recíprocas, sendo necessário apenas a sua prorrogação temporal. As novas iniciativas serão centralizadas no novo Comitê Gestor do PJe a ser criado na Justiça Federal com a plena absorção pelo CJF.

2. Outras deliberações:

3. Pendências:

- O CNJ informará a data e incluirá o CJF no treinamento do PJE que será dado ao TJMA. O treinamento está previsto para ser realizado até a primeira semana de agosto/2012.

- O CNJ enviará ao Wilson os grupos de trabalho utilizados na comunicação/gerência do projeto PJE.

- O CJF enviará o nome e e-mail de representantes para integrar os grupos





Conselho Nacional de Justiça
Departamento de Tecnologia da Informação
Coordenadoria de Gestão de Sistemas

de TI do PJE.

Responsável	Data	Assinatura
Deusdete Alves Paixão	02/07/2012	



Assinado digitalmente por MISAEL GUERRA PESSOA DE ANDRADE.
Documento Nº: 760334.5819001-5929 - consulta à autenticidade em
<https://siga.cjf.jus.br/sigaex/app/externo/autenticar>



CJFADM201200468Y01